

Sobre a “relação especial” anglo-americana¹



João Carlos Espada

Diretor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa

espadajc@gmail.com

Ao citarem Churchill e a “relação especial” anglo-americana, May e Trump forneceram o padrão pelo qual serão avaliados. Tal avaliação vai incidir sobre os seus actos, não apenas sobre as suas palavras.

É ainda cedo para avaliar o real significado da cimeira da passada sexta-feira entre o Presidente norte-americano Donald Trump e a primeira-ministra britânica Theresa May. Um dos aspectos muito positivos foi sem dúvida a reafirmação do empenhamento de ambos para com a NATO — um tema que, no mínimo, tinha ficado ambíguo na campanha eleitoral de Donald Trump, mas que nunca foi ambíguo no Parlamento britânico (apesar da hostilidade do actual líder do partido trabalhista, Jeremy Corbyn).

¹ Artigo publicado no jornal *Observador*, Lisboa, 30-01-2017.

Outro aspecto a realçar foram as referências a Winston Churchill e à “relação especial” anglo-americana. É certo que os políticos gostam de usar “slogans” que possam agradar aos seus eleitorados. Mas há certos “slogans” que têm consequências e fornecem rumos à navegação — dos quais o afastamento ulterior acarreta custos elevados.

Esse é certamente o caso das referências a Churchill e à sua muito estimada “relação especial” anglo-americana. Mais do que um rumo, estas referências fornecem uma âncora. Têm uma história, constituem uma tradição e, até certo ponto, fornecem um programa. Não se pode jogar com elas ao sabor do capricho dos políticos.

Winston Churchill celebrou, mas não inventou, a expressão “relação especial” anglo-americana. Definiu-a no interior de uma relação mais vasta, a dos povos de língua inglesa. E integrou-a na ainda mais vasta tradição europeia e ocidental da liberdade sob a lei.

Uma História dos Povos de Língua Inglesa foi o último dos mais de 40 livros publicados por Churchill — o primeiro volume (de quatro) saiu em 1956. Mas foi também o livro a que Churchill dedicou mais tempo, mais de vinte anos na verdade. As primeiras páginas foram escritas em 1932, durante a década de solitária resistência de Churchill à política de apaziguamento do nazismo por parte dos governos do seu próprio partido conservador.

Numa carta a um dos seus assistentes, em 1939, Churchill deu conta daquilo que lhe parecia constituir o argumento central do livro em maturação:

“No fundamental, o tema que está a emergir é o do crescimento da liberdade e da lei, dos direitos do indivíduo, da subordinação do Estado às concepções morais fundamentais de uma comunidade em expansão... Destas ideias, os povos de língua inglesa foram autores, depois fieis depositários, e devem agora tornar-se os campeões armados. Por isso, eu condeno a tirania, qualquer que seja a forma em que se apresente e qualquer que seja o quadrante de onde venha. Tudo isto tem obviamente aplicação nos tempos que correm”.

Nesse mesmo ano de 1939, numa mensagem radiofónica difundida na América a 8 de Agosto, Churchill (ainda apenas deputado conservador, sem responsabilidades no governo) procurou precisar o conteúdo da cultura política dos povos de língua inglesa:

“É curioso como os povos de língua inglesa sempre tiveram horror ao poder de um só homem. Eles estão dispostos a seguir um líder durante algum tempo, enquanto acharem que ele lhes é útil; mas a ideia de se entregarem completamente, de corpo e alma, a um só homem, e de o adorarem como se fosse um ídolo — isso tem sempre sido odioso para o tema e a natureza da nossa civilização... Freios e contrapesos no corpo político, vasta devolução dos poderes do Estado, instrumentos e processos de debate

livre, recurso frequente a princípios primeiros, o direito de oposição aos governos mais poderosos, e acima de tudo vigilância permanente, tudo isto tem preservado e continuará a preservar as características gerais das instituições britânicas e americanas.”

Churchill forneceu precisões adicionais a esta disposição dos povos de língua inglesa. Quando definiu as convicções políticas de Sir Francis Mowatt, um alto funcionário público que tinha servido Gladstone e Disraeli, os dois estadistas rivais (um liberal, o outro conservador) da Inglaterra vitoriana, disse Churchill:

“Ele representava a completa visão vitoriana triunfante da economia e das finanças: estrita parcimónia, contabilidade exacta; comércio livre, independentemente do que o resto do mundo pudesse fazer; governo suave e firme; evitar as guerras; apenas pagamento das dívidas, redução dos impostos e reforço da poupança; quanto ao resto — ao comércio, indústria, agricultura, vida social — ‘laissez-faire e laissez-aller’ [sic]. Deixemos que o Governo se reduza e reduza as suas exigências sobre o público ao mínimo; deixemos que a nação viva de si própria, deixemos que a organização social e industrial tome o curso que quiser, sujeita às leis da nação e aos Dez Mandamentos. Deixemos que o dinheiro frutifique nos bolsos das pessoas”.

Muito mais podia ser recordado, mas não é necessário. Estas passagens deixam claro o sentido da “relação especial” anglo-americana. Na década de 1980, Ronald

Reagan e Margaret Thatcher retomaram estas ideias para dar novo vigor à aliança das democracias euro-atlânticas. Ao citarem Churchill e a “relação especial” anglo-americana, Theresa May e Donald Trump tiveram o mérito de fornecer ao público o padrão pelo qual irão ser avaliados. E essa avaliação vai incidir sobre os seus actos, não apenas sobre as suas palavras.